



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

### ACTA N.º 15/2006

Acta da reunião ordinária realizada aos vinte e seis dias do mês de Julho do ano de dois mil e seis.-----

----- Aos vinte e seis dias do mês de Julho de dois mil e seis, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Câmara Municipal de Manteigas, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente, José Manuel Custódia Biscaia, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores Excelentíssimos Senhores, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, José Quaresma Pinheiro e António José Ascensão Fraga.-----

----- Sendo cerca das catorze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião. -----

----- O Senhor Vice-Presidente não se encontrava presente por estar em gozo de férias, falta que foi considerada justificada.-----

----- De conformidade com o art.º 87.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui os seguintes assuntos: -----

1. Aprovação da acta anterior.
2. Período antes da ordem do dia.
3. Concurso Público para Concessão de Exploração do Solar da Castanha.
4. Alteração à Comissão de Vistorias.
5. Assuntos tratados por subdelegação.
6. Informações:
  - 6.1. Assinatura do Acordo de Constituição da Comunidade de Trabalho BINSAL;
  - 6.2. Tomada de Posse do Senhor Presidente da Câmara como Vogal da Comissão Directiva do PNSE;
  - 6.3. E.R. 338.
7. Outros assuntos.

----- **Intervenção de Múncipes.** -----

----- O Senhor Presidente informou que tinha a indicação de que três Múncipes se tinham inscrito previamente para intervirem, de acordo com a seguinte ordem:-----

1. José Abrantes Isidro-----
2. Rosária da Conceição Paiva Lopes Pinheiro -----
3. José Duarte Sabugueiro Batista-----

----- Dando cumprimento à ordem de inscrição, o Senhor Presidente deu a palavra ao Múncipe Senhor José Abrantes Isidro, que explicou que é proprietário de um terreno na Fonte Santa, onde possuía uma árvore que foi derrubada, pelo que pretendeu vedar o terreno. Para o efeito dirigiu-se à Junta de Freguesia de S. Pedro para pedir a respectiva autorização, uma vez que confina com a via pública. Entretanto, verificou que foram realizadas obras na via pública e foi derrubado o muro que veda uma parte do terreno, ficando sem acesso ao prédio e sem possibilidade de rega. Para além disso, foram colocadas, no seu terreno, pedras que estavam na via pública. Perante estes factos, solicita a actuação da Câmara Municipal, no sentido de enviar novamente os técnicos para marcarem os limites do terreno, para que possa efectivamente vedá-lo. -----

----- O Senhor Presidente informou-o que já tinha conhecimento do assunto, por via da participação que tinha efectuado e que foram enviados os fiscais municipais ao local para verificar a situação. Constataram que era um caminho rural, e como estes são da responsabilidade das Juntas de Freguesias, a Câmara Municipal oficiou a Junta de Freguesia de S. Pedro, no sentido de responder sobre o assunto. O Senhor Presidente



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

da Junta, Francisco Martins Lucas, respondeu que: “vimos informar você, que as acusações feitas a esta Junta de Freguesia, no requerimento que acompanha o referido ofício, não têm qualquer razão de ser, em virtude das limpezas e a remoção das pedras terem sido realizadas em caminho público e não em qualquer terreno privado.” O Senhor Presidente prosseguiu que esta matéria é da competência da Junta de Freguesia e só teve a intervenção da Câmara Municipal porque foi apresentado requerimento pelo Senhor José Abrantes Isidro e não podia deixar de intervir. Porém, terá de ser a Junta de Freguesia e o Município a chegarem a um acordo. -----

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho pediu o uso da palavra para colocar uma questão ao Município, no sentido de obter um melhor entendimento da situação apresentada: os trabalhos de limpeza foram realizados na via pública e o que sobrou da limpeza foi colocado no seu terreno? -----

O Senhor José Abrantes Isidro respondeu afirmativamente à questão, acrescentando que foram colocados a cerca de sete metros do caminho, dentro da sua propriedade. ----

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho dirigiu-se ao Senhor Presidente dizendo que, independentemente do que tinha sido anteriormente proferido, existiam nesta situação duas entidades em causa: uma que foi avocada ao processo – a Câmara Municipal, e a outra, que é alvo de uma reclamação. Pelo exposto, lembrou que a dominalidade pública dos caminhos é defendida pela Câmara Municipal e não pelas Juntas de freguesia. Prosseguiu referindo que se nesta situação se tratar somente da via pública em si, a Câmara Municipal teria que verificar onde estaria a razão, por outro lado, se a situação se prender com o terreno que está para além da via pública, caberá ao Município provar junto da respectiva Junta de Freguesia que é proprietário do terreno, porque é um acto que a Junta cometeu ao ir colocar os sobrantes da limpeza da via pública na propriedade privada. -----

----- O Senhor José Abrantes Isidro esclareceu que pretende que a Câmara Municipal defina e marque os limites do terreno com a via pública e, posteriormente ele dirigir-se-á à Junta de Freguesia de S. Pedro para solucionar a situação do derrube da parede e dos sobrantes da limpeza da via pública. -----

----- Perante a explicação do Município o Senhor Presidente interveio dizendo que existem, neste caso, duas situações distintas: por um lado, a definição dos limites da propriedade e, por outro, terem-lhe destruído a parede.-----

----- O Senhor Vereador José Pinheiro informou que já tinha visitado o local juntamente com o Senhor Engenheiro Técnico João Carvalhinho e, que o caminho rural é muito irregular, sendo difícil a definição dos limites da propriedade. -----

----- O Senhor Presidente informou que relativamente à primeira questão colocada pelo Município, a Câmara Municipal fará as diligências necessárias e definirá quais os limites entre o terreno e a via pública, informando posteriormente o Senhor José Abrantes Isidro e a Junta de Freguesia de S. Pedro. Relativamente à segunda questão esclarece que esta terá de ser resolvida entre o Município e a Junta de Freguesia.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente deu o uso da palavra à Senhora Rosária da Conceição Paiva Lopes Pinheiro, que informou que junto à sua casa existe um terreno com silvas e outros arbustos que colocam risco de incêndio. Perante esta situação pretendia saber se a Câmara Municipal podia tomar providências no sentido de efectuar a limpeza do referido terreno. -----

----- O Senhor Presidente questionou a Município se o terreno era propriedade da Câmara Municipal.-----

----- A Município respondeu que o terreno é privado, existindo alguma confusão quanto à identificação dos proprietários, na medida em que soube que o terreno já tinha sido



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

vendido à empresa Dicrafel, Lda., no entanto estes afirmaram-lhe que ainda não estava registado como sendo deles.-----

----- O Senhor Vereador José Pinheiro esclareceu que estava ao corrente desta situação e tinha falado com um dos gerentes da referida empresa, tendo sido informado que ainda não eram proprietários do terreno, pelo que a responsabilidade recaía sobre os herdeiros do Senhor Arquitecto Portugal. Esclareceu que ainda não teve oportunidade para falar com o herdeiro, Senhor Fernando Portugal, disponibilizando-se para efectuar o contacto durante o próximo fim-de-semana, para que providenciem a limpeza através dos Sapadores Florestais.-----

----- O Senhor Presidente informou a Munícipe que seriam tomadas diligências para que o terreno fosse limpo, ou pelo proprietário ou pela Câmara Municipal caso este não o efectuasse, sendo apresentada factura do trabalho realizado ao legítimo proprietário.--

----- O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor José Duarte Sabugueiro Batista. Este referiu que a sua intervenção se devia ao facto de ter entregue um requerimento na Câmara Municipal no dia dezanove de Setembro do ano dois mil e cinco, para que lhe fossem pagos os danos causados na sua viatura por uma tampa de esgoto, quando circulava na Relva da Reboleira e que até à presente data, não ter obteve qualquer resposta por parte da Câmara Municipal, pelo que solicitava esclarecimentos.-----

----- O Senhor Vereador José Pinheiro solicitou ao Munícipe que lhe mostrasse a cópia do requerimento em causa.-----

O Senhor Munícipe forneceu cópias do requerimento e documentos anexos ao Senhor Presidente e a todos os Senhores Vereadores presentes.-----

----- O Senhor Vereador José Pinheiro informou o Munícipe de que não teve conhecimento do requerimento e que ia verificar o que tinha acontecido, podendo ter sido enviado à empresa Águas do Zêzere e Côa, na medida em que decorriam obras a seu cargo nessa data.-----

----- O Munícipe pediu para expor um segundo assunto: o pedido para alteração à rede de fornecimento de água à sua habitação e a ligação à rede de esgotos. Prossegue referindo que a alteração à rede de abastecimento de água prende-se com o facto de não ser suficiente o volume de água que chega à habitação, porque inicialmente foi construída com tubo de  $\frac{3}{4}$  para abastecer somente a sua habitação. Actualmente, estão ligadas mais do que uma habitação, havendo por isso necessidade de alterar a rede de abastecimento de água por forma a que todos possam usufruir dela. Informou que a resposta que obteve da Câmara Municipal é que a situação seria analisada e podia ter que pagar a ligação à rede, sem mais nenhuma informação adicional até à presente data. Pretendia, ainda, saber se sempre vai haver ligação à rede de esgotos, na medida em que está com problemas por já ter construído quatro fossas sépticas e não poder continuar a fazê-lo.-----

----- O Senhor Vereador José Pinheiro informou o Munícipe que, tal como já lhe tinha referido em outras ocasiões, é difícil realizar-se a ligação da habitação à rede de esgotos e que essa possibilidade continua a ser estudada. Acrescenta, que quando foi concedido o licenciamento ficou condicionado a ter fossa séptica.-----

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho questionou o Senhor José Duarte Sabugueiro Batista se quando a habitação foi aprovada contemplava a construção de uma fossa séptica.-----

O Munícipe respondeu que no início do projecto, ainda era propriedade do seu tio, foi-lhe colocada essa condição.-----

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho prosseguiu, referindo que o esclarecimento que solicitou ao Munícipe é essencial para que possa compreender o



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

problema, na medida em que é comum as Câmaras Municipais não impedirem a construção de habitações fora dos perímetros urbanizados, desde que possuam infra-estruturas devidamente construídas (como por exemplo: arruamentos, redes de água e saneamento, de energia eléctrica), ficando expresso no licenciamento que, a responsabilidade dessas infra-estruturas fica a cargo dos titulares dos projectos. Posteriormente, à construção é habitual os proprietários virem solicitar às Câmaras que sejam efectuadas as ligações às redes, uma vez que surgem novas habitações. Refere, ainda, que como essas habitações estão fora do âmbito da rede de recolha de esgotos, como é este caso exposto pelo Munícipe, a Câmara Municipal terá de compulsar o processo. Nesse sentido, existem duas opções: se foi assumido um acordo com os Municípes através do licenciamento, é para ser cumprido por ambas as partes; mas se, entretanto, se verifica a necessidade de ampliação do colector da rede de esgotos e, se porventura, existe mais do que uma construção nessas circunstâncias é preciso intervir na zona. Esclarece que é comum, nestas situações, a Câmara Municipal fazer um levantamento das necessidades e dividir responsabilidades de custos com os Municípes proprietários das habitações. No caso concreto do Senhor José Duarte Sabugueiro Batista há responsabilidade de ambas as partes. Por um lado, a Câmara Municipal autoriza a construção da habitação, sendo as infra-estruturas suportadas pelo Munícipe. Por outro, o Munícipe compromete-se a cumprir o estipulado no licenciamento. Considera que cabe à Câmara Municipal planear as infra-estruturas necessárias para as diversas zonas. Dirige-se ao Senhor Munícipe para o informar que apesar dos custos das infra-estruturas serem pagos pelos Municípes estas são bem público, pelo que ninguém pode alegar que é propriedade sua, podendo ser usada a infra-estrutura para ligação a outras habitações como sucedeu com a rede de abastecimento de água à sua habitação. -----

----- O Senhor Presidente usou da palavra para referir que o Regulamento Municipal dessa matéria esclarece perfeitamente esta situação: quem pretende usufruir da infra-estrutura já criada (podendo ter sido custeada por um só proprietário) terá de participar na despesa efectuada. Refere, ainda, que relativamente à rede de esgotos proceder-se-á à avaliação da situação, analisando se há ou não possibilidade de ser ampliada, havendo participação dos interessados no processo. -----

----- O Senhor Vereador José Pinheiro esclareceu que relativamente à conduta de água já tem em sua posse uma informação do Senhor Agostinho Biscaia, Encarregado, onde explica todo o processo desde o seu início, e considera que se deve proceder a um acordo entre os interessados. -----

----- O Senhor José Duarte Sabugueiro Batista expõe um terceiro assunto: a limpeza dos terrenos circundantes à sua habitação, por estarem com silvas, ervas e outros arbustos, havendo risco de incêndio. -----

----- O Senhor Presidente informa o Munícipe que a Câmara Municipal vai notificar os proprietários desses terrenos para que procedam à sua limpeza e que o Munícipe como proprietário, à luz da lei em vigor, tem o direito de proceder à essa limpeza após informação aos respectivos proprietários. -----

### ----- **Aprovação da acta anterior.** -----

----- Achada conforme, foi a acta da reunião anterior aprovada e assinada, tendo sido dispensada a sua leitura por o seu texto ter sido previamente distribuído. -----

### ----- **Período antes da ordem do dia.** -----

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho usa da palavra, para pedir esclarecimentos quanto ao processo do Munícipe Senhor António Saraiva Serra, apresentado em reunião de Câmara no dia vinte e oito de Junho do corrente ano, na



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

medida em que ficou decidido que seriam tomadas medidas e que o assunto seria presente em outra reunião -----

----- O Senhor Presidente esclareceu o Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho que imediatamente a seguir à referida reunião, deu indicações nesse sentido, e foi chamado ao processo o responsável pela intervenção e pela medição – o Senhor Carrola. Tentaram reunir o Município com o Senhor Carrola para que se chegasse a uma conclusão, mas ainda não foi possível por questões profissionais do Município. Prossegue, referindo que, provavelmente, só este próximo fim-de-semana é que será possível realizar a reunião e, posteriormente, serão prestadas as respectivas informações em reunião de Câmara.-----

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho informou que telefonou no passado dia dezoito ao Senhor Presidente, para lhe dar conta que diversos Municípios o estavam a questionar sobre a reconstrução que ocorre na Travessa do Bocage, por considerarem que a sua realização está a ser feita para além dos limites existentes. Prossegue, referindo que o Senhor Presidente lhe disponibilizou cópia da informação realizada pelo técnico Engenheiro António Morais Afonso, onde refere que a construção está a ser efectuada de acordo com a aprovação do projecto, não havendo ocupação da via pública. Nessa informação também consta um desenho em perspectiva do local, para elucidar que visto de determinado ângulo dá ideia que está a ser ocupado espaço à via pública mas esclarece que esse é o ponto mais largo da via e houve cedência ao domínio público. O Senhor Vereador prossegue mencionando que ao processo foram ainda anexadas duas peças: o desenho número D02 e a planta do rés-do-chão – alterações número A28 com a delimitação da construção demolida e o que está previsto construir. Refere que perante a informação apresentada e respectivos documentos anexos, tudo está em conformidade. Considera que, não querendo levantar qualquer tipo de suspeita, as duas peças desenhadas não são suficientes para avaliar a regularidade da situação, na medida em que foram elaboradas pela empresa Rectas A. Paralela – Gabinete de Arquitectura, Lda., pese embora rubricados pelo funcionário autor da informação. No seu entendimento há necessidade de juntar a este processo o levantamento aerofotogramétrico, à escala mais visível, do local em causa. Solicita que seja observado nesta reunião para que a situação fique esclarecida, porque a informação do técnico não menciona este tipo de levantamento nem referencia qualquer comparação entre o levantamento e as plantas, não ficando esclarecidas as suas dúvidas.-----

----- O Senhor Presidente solicitou que fosse entregue o processo de licenciamento, o levantamento aerofotogramétrico e a presença do Senhor Engenheiro António Morais Afonso.-----

----- O Senhor Vereador António Fraga apresentou três assuntos:-----

1. Dirigiu-se ao Senhor Vereador José Pinheiro por ter sido informado, por um Município, que o referido Vereador, tinha proferido considerações sobre pressões feitas pela Oposição, na última reunião de Câmara, quanto aos licenciamentos concedidos à restauração. Reagiu com alguma estranheza a esta informação porque na última reunião, como está transcrito em acta, houve unicamente considerações entre o Senhor Presidente e o Senhor Vereador António Fraga relativamente à Escola Profissional de Hotelaria. Prosseguiu, referindo que esclareceu com o Município, que a estratégia da Oposição não passa por perseguições nem pressões desse tipo e, tendo em atenção o estado actual do tecido económico de Manteigas, a estratégia passará sim por, dentro da legalidade, permitir que as actividades decorram o melhor possível, no sentido do progresso e do desenvolvimento. Solicitou que não fosse usado o nome da Oposição só



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

para “justificar” actuações da Câmara Municipal. Lamentou que tal suceda porque como Vereador da Autarquia tem tentado colaborar sempre e como é sua obrigação, na actividade do Município. -----

2. Pretendia ter informação sobre a abertura da piscina de Sameiro. Refere que esta questão prende-se com o facto de ter constatado, no dia três do corrente, algum descontentamento da população infantil e jovem por não terem ainda a piscina em funcionamento. Refere que os alertou para o facto de que o seu funcionamento só pode ocorrer quando estão garantidas as condições de segurança. -----

3. Obras envolventes do Centro de Saúde, que são da responsabilidade da Câmara Municipal. Informou que no decorrer de uma conversa tida com o Senhor Director do Centro de Saúde de Manteigas, este revelou alguma preocupação com o atraso no início dessas obras, na medida em que as obras de readaptação do Centro de Saúde estão praticamente concluídas e, faltam somente pinturas exteriores, sendo desejável que as obras da responsabilidade da Câmara Municipal fossem realizadas antes das pinturas exteriores. Referiu, ainda, que comunicou ao Senhor Director do Centro de Saúde que em reunião de Câmara já tinha sido falado esse assunto e, inclusive, a Câmara Municipal mostrou algum desagrado pela quantidade de tubos e aparelhos existentes no telhado, ao que o Senhor Director esclareceu que estava prevista a construção de uma cúpula adequada na cobertura do Centro, mas que devida à falta de verba para este ano, a sua colocação seria efectuada no próximo ano. Relativamente às obras a realizar pela Câmara Municipal o Senhor Vereador alertou para que não existam atrasos na sua execução, para que posteriormente, não lhe seja imputado o atraso na abertura do novo Centro de Saúde. -----

----- O Senhor Vereador José Pinheiro esclareceu que, sobre o primeiro assunto apresentado pelo Senhor Vereador António Fraga, não proferiu qualquer tipo de declaração acerca da Oposição, mostrando-se disponível, como noutras ocasiões, para falar em conjunto com o Município. Referiu ainda que não gosta que o seu nome seja usado em vão. -----

----- O Senhor Vereador António Fraga esclareceu que a referida conversa tinha ocorrido no passado dia dezanove com o Município Senhor Celestino Pinheiro, proprietário do bar do jardim. -----

----- O Senhor Vereador José Pinheiro propôs ao Senhor Vereador António Fraga que se dirigissem junto do Município e esclarecessem o assunto, para que não restassem dúvidas sobre os assuntos que são debatidos em reuniões de Câmara. -----

----- O Senhor Presidente referiu que a piscina de Sameiro é da responsabilidade da Junta de Freguesia. -----

----- Sobre este assunto, o Senhor Vereador José Pinheiro esclareceu que foi solicitado pela Junta de Freguesia de Sameiro apoio da Câmara Municipal para a colocação de um nadador-salvador. Referiu que estão a analisar a possibilidade de desdobramento dos horários dos nadadores-salvadores que prestam serviço nas piscinas da Vila, para que estes possam assegurar, durante o mês de Agosto, o funcionamento da piscina de Sameiro. -----

----- No que concerne às obras da zona envolvente ao Centro de Saúde, o Senhor Presidente referiu que foi aberto concurso para a realização dos trabalhos, estando adjudicados à empresa que está a realizar a construção do Centro de Saúde. Informou que existem dois problemas: um é o alargamento do pontão o outro é a alteração da fachada de uma habitação contígua ao Centro de Saúde que tem de ser recuada. Informou que já alertou os serviços que não pretende que o atraso na realização das referidas obras seja inibidor da abertura do Centro de Saúde. Relativamente aos tubos e



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

aparelhos existentes o telhado mencionou que foi dirigido um ofício à Administração Regional de Saúde onde se referia que não eram nem agradáveis nem estéticos os objectos existentes no telhado. -----

----- Perante a presença do Senhor Engenheiro António Morais Afonso, o Senhor Presidente referiu que o Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho questionou se tinha sido realizada comparação entre as peças desenhadas e o levantamento aerofotogramétrico existente na Câmara.-----

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho usou da palavra para questionar o Senhor Engenheiro António Morais Afonso, se tinha efectuado comparação entre os desenhos apresentados pela empresa de arquitectura e os documentos existentes na Câmara Municipal, nomeadamente o levantamento aerofotogramétrico ou algo semelhante. Esclareceu que a apreciação efectuada na informação não esclarece se esse desenhos estão de acordo com algum suporte existente que exemplifique bem o que existia anteriormente à demolição.-----

----- O Senhor Engenheiro António Morais Afonso esclareceu que a informação pode não estar completa, mas elucidou que foi efectivamente realizada uma comparação com o levantamento aerofotogramétrico existente na Câmara Municipal e, para além disso, efectuou uma verificação no local relativamente à largura da rua.-----

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho afirmou que analisando os desenhos e o levantamento aerofotogramétrico trazido pelo Senhor Engenheiro, as implantações não estão iguais. Referiu que no levantamento há uma quebra na linha de alinhamento entre a construção anterior e a actual. Prosseguiu referindo que só pretendia verificar se as implantações são iguais, não tecendo até ao momento qualquer consideração.-----

----- O Senhor Engenheiro António Morais Afonso referiu que o desenho número dois reflecte a solução proposta pela empresa e, no levantamento observa-se o que existia anteriormente. Esclareceu que comparando o existente e o projecto actual há coincidência, com tolerância admissível de cerca de cinco a dez centímetros. -----

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho constatou, sem efectuar peritagem técnica nem juízo de valor sobre o trabalho do Técnico, que a implantação do edifício em construção não está conforme a área anteriormente ocupada pelo edifício demolido. Solicitou que esta sua declaração ficasse registada em acta. -----

----- O Senhor Presidente dirigiu-se ao Senhor Engenheiro António Morais Afonso para o questionar se tinha mais alguma informação.-----

----- O Senhor Engenheiro António Morais Afonso referiu que quando elaborou a informação em análise não mencionou o levantamento aerofotogramétrico nem a sua comparação com o projecto, mas efectivamente ela foi realizada e, considerou que a implantação actual está de acordo com o projecto e com o edifício anteriormente existente, à parte da alteração de fachada onde houve cedência ao domínio público. Por outro lado, efectuou a medição da largura da rua certificando que não houve ocupação da via pública.-----

----- O Senhor Vereador António Fraga usou da palavra para questionar de que dimensão era essa cedência ao domínio público e se na presente data a construção está em conformidade com o projecto aprovado.-----

----- O Senhor Engenheiro António Morais Afonso esclareceu que a cedência ao domínio público foi de cerca de quarenta centímetros (no máximo) e que a construção está a decorrer em conformidade com o apresentado, respeitando os limites existentes. -

----- **Concurso Público para Concessão de Exploração do Solar da Castanha.** -----

----- O Senhor Presidente refere que foi previamente distribuído o Relatório de Análise do referido concurso. Tendo presente esse documento refere que: ao concurso



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

apresentou-se um só concorrente; o valor de base do concurso era de quatrocentos euros; o valor médio da proposta é de cento e setenta e cinco euros. Entende que o valor apresentado é muito baixo relativamente ao valor de base; pese embora ser a segunda vez que o concurso foi aberto e só haver um concorrente não será de proceder à adjudicação. Pelo exposto propôs que se deliberasse no sentido de não se proceder à adjudicação; Abrir novo concurso baixando para trezentos euros o valor de base; caso não haja concorrentes ou o valor de base não seja atingido nas propostas passar-se-á a uma fase de negociação com os concorrentes que se venham a apresentar. -----  
Esta deliberação foi aprovada, por unanimidade, em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

### ----- **Alteração à Comissão de Vistorias.** -----

----- O Senhor Presidente questionou a Secretária, Chefe de Divisão de Recursos e Desenvolvimento, Dr.<sup>a</sup> Gabriela Cravinho, se havia informação adicional sobre o assunto.-----

A Secretária leu a proposta de minuta de deliberação, por considerar que esta esclarece sucintamente o que se passa no processo. Foram distribuídas cópias do documento aos Senhores Vereadores. Passou a transcrever a referida proposta:-----

Considerando que: -----

1. Existe um reduzido número de técnicos com capacidade para assinar projectos disponíveis para integrar a Comissão de Vistorias, assim como uma diversidade de assuntos/situações possíveis de vistoriar, para além das previstas no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, considera-se útil para os serviços definir quais os técnicos e/ou funcionários que poderão integrar a referida Comissão, sendo que, conforme os casos, a sua composição será determinada de acordo com a legislação, os temas a vistoriar e os recursos humanos disponíveis, no momento e de acordo com o serviço em curso, pela Chefe de Divisão.

Propõe-se que:

1. Assim, propõem-se os seguintes elementos para poderem integrar a Comissão de Vistorias:
  - 1.1. Maria Teresa Marques Dantas, arquitecta;
  - 1.2. Maria Berta Soares Lopes de Campos, veterinária;
  - 1.3. João Gabriel Craveiro Leitão, engenheiro civil;
  - 1.4. António Morais Afonso, engenheiro civil;
  - 1.5. João Miguel Albino Carvalhinho, engenheiro técnico topógrafo;
  - 1.6. Danny Saraiva, arquitecto;
  - 1.7. Carlos Alberto Pena Ramalho, fiscal municipal;
  - 1.8. Roberto António Abrantes Cleto, fiscal municipal estagiário;
  - 1.9. Suzana Vicente Monsanto Lopes, geógrafa;
  - 1.10. Agostinho Pereira Biscaia, encarregado;
  - 1.11. Francisco David Massano, carpinteiro de toscos e cofragens (substitui o encarregado nas suas faltas);
  - 1.12. José Ferreira Lucas, canalizador principal.

----- Não havendo nada a opor a presente deliberação foi aprovada, por unanimidade, em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

### ----- **Assuntos tratados por subdelegação.**-----

----- O Senhor Presidente referiu que foram previamente distribuídas cópias da Relação n.º 10/06. -----





## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho refere que constatou que todos os processos constantes na relação estão condicionados, pelo que solicitou esclarecimentos. -----

----- O Senhor Vereador José Pinheiro esclareceu que as três obras iniciais vão ser apoiadas pelo Fundo de Turismo e tinham que ser entregues no organismo até ao dia vinte e sete do corrente. O condicionamento é relativo a pareceres de entidades externas. -----

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho questionou o porquê de estar condicionado o pedido de licenciamento do Senhor António José Ferreira Cleto. -----

----- O Senhor Vereador José Pinheiro esclarece que estava condicionado por necessitar de rectificar a área de impermeabilização exterior, mas que já não se encontra condicionado. -----

----- **Informações:** -----

----- **Assinatura do Acordo de Constituição da Comunidade de Trabalho BINSAL. --**

----- O Senhor Presidente informou que no dia dezoito do corrente foi assinado o Acordo de Constituição da Comunidade de Trabalho BINSAL, tendo sido previamente distribuídas cópias do documento. Explicou que todos os Municípios participantes neste acordo apresentam os mesmos problemas. A Comissão de Trabalho predisps-se, juntamente com Salamanca, a abrir um Gabinete permanente em Bruxelas para que possam aceder a outros fundos comunitários e possam a vir colmatar as insuficiências sentidas, na medida em que o INTERREG IV trará poucos benefícios para estes Municípios. Acrescentou que foram extremamente bem recebidos, num sistema de igualdade, e a imprensa espanhola deu cobertura ao Acordo, como sendo uma primeira grande mudança na articulação entre Espanha e Portugal, na zona fronteiriça. O Senhor Presidente acrescentou que esta é a primeira Convenção que se estabelece nestes moldes e com este objectivo. Prosseguiu referindo que se mantêm as boas relações com Salamanca, tendo sido publicado um trabalho conjunto ao nível do BINSAL, estando exemplares disponíveis para os Senhores Vereadores. -----

----- **Tomada de Posse do Senhor Presidente da Câmara como Vogal da Comissão Directiva do PNSE.** -----

----- O Senhor Presidente informou que na Comemoração dos Trinta Anos do Parque Natural da Serra da Estrela, em que houve uma deslocação ao Vale do Rossim, se deu por formalizada a posse do Presidente da Câmara Municipal de Manteigas como Vogal da Comissão Directiva do PNSE e que nos termos e cumprimento da lei, depois de uma nomeação feita pelo Senhor Secretário de Estado, fazem parte da Comissão os seguintes elementos: como Presidente o Senhor Director do PNSE, como Vogais o Senhor Vice-Presidente do Instituto de Conservação da Natureza e o Presidente da Câmara Municipal de Manteigas. Esta posse, terá, em princípio, a duração de um ano, sendo posteriormente rotativa e o elemento a substituir o Presidente da Câmara Municipal de Manteigas será o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã. -----

----- **E.R. 338.** -----

----- O Senhor Presidente referiu que todos estavam informados das diligências efectuadas pela Câmara Municipal junto da Direcção de Estradas e do Parque Natural da Serra da Estrela, relativamente a esta estrada, dadas as suas condições após o fogo do ano passado e ao deslizamento de terras e pedras que tem vindo a ocorrer com alguma regularidade. Referiu que esta é a estrada que nos liga às Penhas da Saúde; assim oficiaram-se ambas as entidades, em Novembro de dois mil e cinco, no sentido de se encontrar uma solução e, que para o efeito se realizasse uma reunião entre as três entidades. Na reunião este presente o Senhor Vereador José Pinheiro, por



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

impedimento do Senhor Presidente, que elaborou um memorando que foi lido pela Secretária, Chefe de Divisão: -----

“Deu-se início à reunião, estando presentes, o Director do Parque Engenheiro Matos, Arquitecta Maria da Paz, Director de Estradas da Guarda Engenheiro Martins e Engenheiro Tavares, pela Câmara Municipal de Manteigas esteve presente o Vereador José Pinheiro.-----

Foi aberta a discussão tendo o Senhor Director de Estradas apresentado um esboço de projecto para a rectificação da estrada 338 entre o cruzamento do Poço do Inferno e as Penhas da Saúde, com, três alternativas. -----

A primeira era aproveitar a estrada das Lameiras até ao Covão da Ametade, tendo-se verificado não ser favorável. -----

A segunda hipótese era a Serra de Baixo, mas, a distância seria maior e no Inverno existiriam mais problemas devido à neve. -----

A terceira alternativa passaria por alterações à estrada 338 ficando esta com duas faixas de 3+3 com 0.50+0.50 de berma e valeta de 1.20 em v ao longo de toda a estrada. -----

Houve acordo entre todas as partes quanto à última alternativa, ficando assente que os muros seriam em pedra à vista e, em alguns casos, mais problemáticos seriam feitos em betão na parte traseira e em pedra na parte frontal, não havendo qualquer desacordo por parte do Parque Natural da Serra da Estrela. -----

O Senhor Director de Estradas informou ainda que o resto da estrada, entre o cruzamento do Poço do Inferno e a Ponte do Guedes seria da responsabilidade da Câmara Municipal de Manteigas.-----

Seguidamente o Vereador José Pinheiro falou da ligação entre a estrada nacional 338 e 232 tendo o Senhor Director de Estradas informado que ainda não havia nenhuma evolução acerca deste assunto. -----

Não havendo mais nada a tratar foi dada por encerrada a reunião.”-----

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho usou da palavra para referir que uma vez que está assumido como sendo este o melhor projecto, se existe alguma possibilidade de exequibilidade. -----

----- O Senhor Vereador José Pinheiro referiu que estes foram os primeiros passos e que o projecto ainda vai para discussão na Direcção de Estradas, levando cerca de um ano para concluir essa fase. Posteriormente, será aberto concurso para a sua execução, sendo por isso um processo longo. -----

----- O Senhor Presidente informou que relativamente a acessibilidades a Câmara Municipal fez um ofício ao Senhor Ministro da Tutela, em Janeiro de dois mil e seis, onde lhe era solicitada uma reunião para apresentação do estudo dos túneis, realizado pela Associação de Municípios da Cova da Beira e pela Universidade da Beira Interior. Este estudo e o do PETUR apontam como sendo a solução para o Maciço Central e para a ligação das cidades médias, designadamente Viseu, Castelo Branco e Guarda (capitais de distrito). A resposta obtida foi que este assunto seria tratado com o Senhor Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas e Comunicações, que por enquanto ainda não marcou nenhuma reunião para o efeito. Sobre a mesma matéria, informa que está em preparação o QREN, no âmbito do IV QCA. Nesse sentido, escreveu ao Senhor Presidente da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional para constituir como processo a integrar no QREN, o estudo dos túneis, justificando que este assunto já tinha sido agenda política do Governo, quando o Senhor Engenheiro João Cravinho era Ministro das Obras Públicas, sendo esta uma via de acessibilidade por forma a que os concelhos deixem de ser periferia.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho usou da palavra para tecer duas considerações.-----

1. Relativamente à matéria dos túneis, refere que a Oposição está em perfeito acordo com o mencionado e defende a sua construção uma vez que constitui uma ligação primordial para que Manteigas possa sair do marasmo em que se encontra e, naturalmente, “virar-se” para o desenvolvimento e passar a ser um local de visita obrigatório. Por conseguinte, referiu que tudo farão para que dentro das possibilidades, se consigam os encontros necessários.-----

2. No que se refere à Comunidade de Trabalho BINSAL, considera importante a sua constituição, principalmente o Gabinete Técnico e a sua coordenação política se localizar em Bruxelas, como forma de dar cumprimento aos desígnios do INTERREG. No entanto, questiona em que medida os custos da Comunidade de Trabalho serão suportados pelo financiamento do INTERREG, e qual a participação dos Municípios, especificamente do de Manteigas.-----

----- O Senhor Presidente esclarece que o entendimento que existe é a constituição do grupo de trabalho com técnicos das próprias Autarquias e, nesse sentido, a componente nacional será suportada ao nível das deslocações, sendo participação rotativa face às várias valências da Comunidade de Trabalho. Perante isto os acréscimos de custos não serão de tal ordem que não cobrem os quinze por cento imputáveis às Autarquias. Com o decorrer dos trabalhos efectuar-se-á uma avaliação de necessidades, no sentido de constituir, ou não, um grupo técnico específico para a Comunidade de Trabalho, que resultará da capacidade dos Municípios em realizar projectos, onde também serão afectos os custos com os recursos humanos.-----

----- O Senhor Presidente informa que esteve presente numa reunião com a Associação Nacional de Municípios, conjuntamente com outros Municípios da Região Centro, onde se discutiu a Lei das Finanças Locais. Esta reunião teve como objectivo analisar a lei, na medida em que, tal como ela foi apresentada não correspondia à autonomia que os Municípios devem ter e é prejudicial, principalmente para os Municípios de menor dimensão como é o caso de Manteigas. Nesta reunião foram feitos um conjunto de pareceres e críticas que serão concertados pela Associação Nacional de Municípios. Acrescenta que a lei apresentada retirava à Câmara Municipal de Manteigas cerca de quarenta por cento do valor das transferências, sendo uma das mais prejudicadas; como não pode existir um decréscimo superior a cinco por cento em cada ano, a Câmara Municipal teria um decréscimo de dois e meio por cento do valor das transferências em relação ao ano de 2006. O sentimento geral dos Municípios presentes é que haverá uma revisão na parte correspondente à altitude, quer a Rede Natura, quer ainda na zona do Parque Natural, que não tiveram representatividade financeira que levasse a cobrir as insuficiências ou restrições que podem resultar desta matéria. Pela aplicação directa da lei cerca de noventa por cento dos Municípios ficariam prejudicados, pelo que por uma questão de equilíbrio entre regiões, pensam que será alterada.-----

### ----- **Outros assuntos.**-----

----- O Senhor Presidente questionou se existiam outros assuntos a tratar.-----

### ----- **Aditamento à acta nº 14 da reunião de 12 de Julho.**-----

Por lapso não foi mencionado que o Senhor Vice-Presidente, José Manuel Saraiva Cardoso não esteve presente na reunião de Câmara do dia 12 de Julho por se encontrar em férias. Falta que foi considerada justificada.-----

----- E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das quinze horas e trinta minutos foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião. Para constar e devidos



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

efeitos se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores presentes e por mim *Haraldina de Sousa* Chefe da Divisão de Recursos e Desenvolvimento que a redigi. -----

---

---

---

---

---